

ANEXO XI - MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA

Processo: SIPE nº 178105/2026

Contratação: Gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027 (Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027)

Órgão demandante: Município de Itajaí — Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR

Documento vinculado: Termo de Referência (TR), Matriz de Critérios de Avaliação (MCA); Edital de Concorrência nº ____/2026.

Data de elaboração: 09 de maio de 2026

Base normativa: Lei nº 14.133/2021

1. FINALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO

Este documento estabelece a estrutura obrigatória da Proposta Técnica a ser apresentada pela licitante na Concorrência referida em epígrafe, disciplinando a ordem dos capítulos, o conteúdo mínimo exigido, os limites de páginas e a correspondência entre cada seção da proposta e os critérios e subcritérios previstos na Matriz de Critérios de Avaliação.

Sua finalidade é assegurar a comparabilidade objetiva entre as propostas, a rastreabilidade do julgamento técnico e a isonomia entre as licitantes, em consonância com o critério de julgamento por técnica e preço adotado para a contratação. A padronização da estrutura da Proposta Técnica também busca reduzir margens de subjetividade na análise da Comissão de Contratação, permitindo que os elementos apresentados por cada licitante sejam avaliados segundo a mesma lógica documental, a mesma sequência temática e os mesmos parâmetros de pontuação.

A presente padronização decorre do dever de julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da motivação e da segurança jurídica, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e harmoniza-se com a fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar quanto à adoção do critério de técnica e preço. Para o presente certame, a Nota Técnica corresponderá a 60% da Nota Final, e a Nota de Preço corresponderá a 40%,

exigindo-se Nota Técnica mínima eliminatória de 60 (sessenta) pontos, em escala total de 100 (cem) pontos.

A estrutura definida neste documento espelha a distribuição de pontos da Matriz de Critérios de Avaliação, de modo que cada capítulo da Proposta Técnica corresponda, de forma clara e inequívoca, aos critérios e subcritérios que serão objeto de avaliação pela Comissão de Contratação. Dessa forma, a licitante deverá organizar sua proposta de acordo com a sequência aqui estabelecida, indicando, em cada capítulo, os documentos, informações, metodologias, planos e evidências destinados à comprovação dos requisitos pontuáveis.

A Proposta Técnica constitui peça autônoma em relação à Proposta Comercial e deverá ser apresentada em invólucro próprio, nos termos do modo de disputa fechado adotado para o certame. Em razão da necessária separação entre o julgamento técnico e o julgamento econômico, é vedada, em qualquer capítulo da Proposta Técnica, a indicação do valor per capita ofertado, de valores globais, de descontos, de composição de preço ou de qualquer outro elemento que permita identificar a proposta comercial da licitante, sob pena de desclassificação, preservando-se a ordem procedimental prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

As propostas que descumprirem a estrutura, a ordem dos capítulos ou os limites de páginas estabelecidos neste Anexo terão o conteúdo excedente ou apresentado em desconformidade desconsiderado para fins de pontuação técnica, nos termos do item 3 deste Anexo e das disposições correspondentes do Termo de Referência. A desconsideração limitar-se-á ao conteúdo irregular, sem prejuízo da análise dos demais elementos regularmente apresentados, desde que suficientes para permitir a avaliação objetiva pela Comissão de Contratação.

2. ESTRUTURA OBRIGATÓRIA

A Proposta Técnica deverá observar, obrigatoriamente, a estrutura, a ordem dos capítulos e os limites de páginas definidos neste Anexo, de modo a garantir a correspondência direta entre o conteúdo apresentado pela licitante e os critérios previstos na Matriz de Critérios de Avaliação.

O quadro-resumo a seguir consolida a relação entre cada capítulo da Proposta

Técnica, os respectivos subcritérios da Matriz de Critérios de Avaliação, a pontuação técnica máxima atribuível e o limite de páginas aplicável. A estrutura deverá ser observada tanto pelas licitantes, na elaboração de suas propostas, quanto pela Comissão de Contratação, no procedimento de análise, julgamento e atribuição das notas técnicas.

Quadro 01 — Estrutura Obrigatória da Proposta Técnica, Correspondência com a Matriz de Critérios de Avaliação, Pontuação e Limites de Páginas

Cap.	Conteúdo	Subcritérios MCA	Pontos	Limite de páginas
1	Identificação da licitante	Admissibilidade	—	1 página
2	Projeto Artístico-Cultural e Turístico	A.1 a A.3	25	30
3	Plano Operacional Integrado	B.1	6	25
4	Plano de Segurança, Contingência e Gestão de Riscos	B.2 e B.5	10	15
5	Plano de Mobilidade e Acessibilidade	B.3	4	10
6	Plano de Sustentabilidade e Resíduos	B.4	5	10
7	Plano de Comunicação e Promoção Turística	C.1 e C.2	15	15
8	Plano de Treinamento e Capacitação	D.1 e D.2	15	10
9	Plano Econômico-Financeiro (exploração acessória)	TR — sem pontuação	—	10
10	Experiência e Capacidade Técnica	E.1 e E.2	20	10
Total	Nota Técnica (Critérios A a E)	A a E	100	—

O Capítulo 9 da Proposta técnica, constituída pelo Plano Econômico-Financeiro da exploração acessória, não recebe pontuação técnica autônoma na Matriz de Critérios de Avaliação, mas constitui peça obrigatória para demonstração da governança, da viabilidade e dos limites da exploração econômica acessória prevista no Termo de Referência. Os subcritérios B.1 a B.5 totalizam 25 pontos e estão distribuídos entre os Capítulos 3 a 6 da Proposta Técnica, conforme a natureza operacional, de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e gestão de riscos de cada componente avaliado.

2.1. Capítulo 1 - Identificação da licitante (1 página)

O Capítulo 1 terá natureza administrativa e destina-se à identificação formal da licitante e de seu representante legal. Por não possuir conteúdo técnico avaliável, não receberá pontuação na Matriz de Critérios de Avaliação, mas sua apresentação é obrigatória para fins de organização, admissibilidade formal e adequada vinculação da proposta à licitante participante.

A página deverá conter, em ordem, os seguintes elementos:

- razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico da licitante;
- identificação do representante legal, contendo nome, cargo, documento de identidade, CPF e contato, com indicação do respectivo instrumento de representação;
- declaração de aceitação integral e incondicional das condições estabelecidas no Edital e em seus anexos;
- declaração de validade da proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias consecutivos, contado da data de abertura da sessão pública, em harmonia com o Edital e o Modelo de Proposta de Preços (Anexo X), prorrogáveis por igual período mediante solicitação da Administração e concordância do licitante;
- declaração de ciência das regras de pontuação técnica, da vedação ao duplo cômputo e dos limites de páginas por capítulo estabelecidos neste Anexo e na Matriz de Critérios de Avaliação;
- em caso de consórcio, indicação das empresas consorciadas, da empresa líder e do percentual de atendimento às exigências de qualificação técnica atribuído a cada integrante, observados o limite máximo de 3 (três) consorciadas e o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) das exigências de qualificação técnica para a empresa líder, com declaração de responsabilidade solidária das consorciadas perante a Administração, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. Capítulo 2 - Projeto artístico-cultural e turístico (até 30 páginas)

Vinculação: subcritérios A.1 a A.3 da Matriz de Critérios de Avaliação — 25 pontos.

O Capítulo 2 deverá demonstrar a qualidade, a consistência e a aderência cultural e turística do projeto artístico proposto para os quatro eventos do ciclo, considerados como

conjunto integrado. A avaliação levará em conta não apenas a atratividade individual das programações, mas também a coerência entre as edições, a valorização da identidade local, a articulação com a narrativa institucional “Maix Quirida” e a capacidade da proposta de contribuir para o posicionamento turístico de Itajaí.

Serão penalizadas propostas que apresentem assimetria qualitativa relevante entre os eventos, concentração excessiva de soluções artísticas em apenas uma edição ou programação genérica, sem vinculação demonstrável com a identidade cultural e turística do Município.

O capítulo deverá apresentar, de forma fundamentada e verificável, o seguinte conteúdo mínimo:

- **Detalhamento da programação artística e confirmação documental — A.1:** relação das atrações propostas para cada um dos quatro eventos, com identificação nominal e indicação do respectivo porte, classificado como local, regional ou nacional, observado o quantitativo mínimo obrigatório por evento definido em Anexo do Edital. A programação deverá vir acompanhada de comprovação documental das atrações (contratos, pré-contratos, cartas de intenção ou documentos equivalentes), uma vez que a pontuação observará o percentual do cachet estimado total confirmado por documentos, nos termos da Tabela 04 da Matriz de Critérios de Avaliação. São desconsideradas, para todos os fins, atrações indicadas de forma genérica, inclusive por expressões como “artistas a definir” ou equivalentes. Cada atração será contabilizada uma única vez no ciclo, ainda que prevista para apresentação em mais de um evento;
- **Diversidade de linguagens artísticas e valorização da cultura local — A.2:** demonstração da diversidade de linguagens artísticas contempladas na programação de cada evento e do grau de valorização e inclusão de artistas, grupos e manifestações culturais locais e regionais, observando-se que a pontuação máxima pressupõe, no mínimo, 3 (três) linguagens artísticas distintas por evento e a presença de artistas ou grupos de expressão cultural local nos 4 (quatro) eventos, nos termos da Tabela 05 da Matriz de Critérios de Avaliação. A proposta deverá ainda evidenciar a vinculação da programação à identidade cultural de Itajaí, à narrativa institucional “Maix Quirida” e à vocação turística do Município, podendo apresentar compromisso de inclusão de artistas locais e regionais e medidas de fomento à economia criativa local, com

indicação de percentuais, quantitativos, formas de mobilização e mecanismos de aferição em relatório pós-evento;

- **Coerência entre curadoria artística e perfil histórico de público — A.3:** análise técnica do perfil histórico de público de cada um dos quatro eventos, com justificativa da curadoria proposta e demonstração da correspondência entre as escolhas artísticas e as características do público esperado. A pontuação máxima pressupõe análise fundamentada em dados quantitativos e qualitativos, com referências a edições anteriores, dados de público e características de consumo cultural, nos termos da Tabela 06 da Matriz de Critérios de Avaliação.

A pontuação dependerá da apresentação de relação nominal das atrações, com indicação de porte e respectiva comprovação documental, de demonstração da diversidade de linguagens e da valorização da cultura local e de análise do perfil histórico de público com a justificativa da curadoria proposta. Não pontuarão indicações genéricas de atrações, referências promocionais desacompanhadas de elementos concretos, alegações de valorização local sem medidas verificáveis ou análises de curadoria sem vinculação aos dados de público, nos termos das Tabelas 03 a 06 da Matriz de Critérios de Avaliação.

2.3. Capítulo 3 - Plano Operacional Integrado (até 25 páginas)

Vinculação: subcritério B.1 da Matriz de Critérios de Avaliação — 6 pontos.

O Capítulo 3 deverá demonstrar a capacidade da licitante de estruturar a execução dos eventos de forma integrada, planejada e operacionalmente viável, contemplando todas as fases do ciclo de produção: pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento. A proposta deverá evidenciar que a execução dos quatro eventos será tratada como sistema operacional contínuo, e não como conjunto de ações isoladas.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- cronograma macro e analítico por evento, faseado em pré-produção, montagem, operação, desmontagem e pós-evento, com identificação das interdependências críticas, janelas de execução e margens de contingência;
- organograma técnico-operacional, acompanhado de Matriz de Responsabilidades RACI — Responsável, Aprovador, Consultado e Informado — para cada fase do

evento;

- layout conceitual/esquemático (preliminar) em escala legível para cada evento, com identificação dos fluxos de público, áreas funcionais, zonas de restrição, sinalização, pontos críticos de operação e soluções de acessibilidade integradas ao Capítulo 5;
- plano de logística de montagem e desmontagem, contemplando transporte, sequência de operações, janelas de execução, interfaces entre fornecedores e gestão dos recursos mobilizados;
- sistema integrado de monitoramento operacional em tempo real, com central de operações ativa durante a realização de cada evento, comunicação por rádio, painéis de acompanhamento, dashboards operacionais e protocolo de registro de ocorrências.

Cada elemento será pontuado de forma independente, conforme a Tabela 08 da Matriz de Critérios de Avaliação. Não pontuarão cronogramas sem faseamento por evento, organogramas sem definição clara de responsabilidades, layouts genéricos ou sem escala legível, nem propostas que apresentem planejamento robusto apenas para eventos de maior porte, sem demonstrar organização equivalente para todo o ciclo.

Para fins da Proposta Técnica exige-se a versão conceitual e metodológica; o cronograma analítico e os layouts definitivos (com ART/RRT) são exigíveis apenas da licitante vencedora, na forma do Modelo de Execução do Objeto do Termo de Referência.

2.4. Capítulo 4 - Plano de Segurança, Contingência e Gestão de Riscos (até 15 páginas)

Vinculação: subcritérios B.2 e B.5 da Matriz de Critérios de Avaliação — 10 pontos.

O Capítulo 4 reunirá o planejamento de segurança, contingência e gestão de riscos contratuais, de modo a assegurar coerência entre a operação dos eventos, os protocolos de resposta a emergências, a articulação com órgãos públicos e a matriz de riscos prevista no Termo de Referência. A organização conjunta desses elementos tem por finalidade evitar lacunas entre a segurança operacional e a gestão contratual dos riscos, especialmente em eventos de grande circulação de público e exposição a variáveis climáticas.

Subcritério B.2 — Segurança e contingência

O capítulo deverá conter:

- análise de riscos por evento, com matriz de probabilidade × impacto, identificação de cenários críticos e medidas de mitigação específicas por tipo de risco;
- Plano de Emergência e Evacuação detalhado, com identificação de saídas, rotas de evacuação, pontos de encontro, protocolo de comunicação e acionamento dos órgãos públicos em situação de crise;
- brigada de incêndio dimensionada em conformidade com a ABNT NBR 14276:2020 — Brigada de incêndio e emergência — Requisitos e procedimentos, com cronograma de plantões por evento, cadeia de comando e plano de treinamento periódico;
- plano de atendimento médico e pré-hospitalar, contemplando, no mínimo, Unidade de Suporte Avançado — USA, tipo D, conforme classificação da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017, originária da Portaria GM/MS nº 2.048/2002, postos de primeiros socorros e protocolo de transferência hospitalar;
- plano de contingência climática com gatilhos objetivos e mensuráveis, incluindo índice pluviométrico em mm/h, velocidade de ventos em km/h e níveis de alerta da Defesa Civil, com protocolos de remanejamento operacional, evacuação e comunicação emergencial;
- protocolo formal de articulação operacional com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina — PM-SC, o SAMU 192, a Defesa Civil Municipal e o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina — CBM-SC, com definição de pontos focais, canais de comunicação e fluxos de acionamento.

Subcritério B.5 — Matriz de riscos contratuais e gatilhos climáticos

O capítulo deverá conter:

- matriz de riscos própria, aderente à Matriz de Riscos do Termo de Referência — Anexo IV, sem omissão de riscos mapeados, contendo, para cada risco, causa, consequência, medidas preventivas e corretivas e alocação clara de responsabilidades entre contratante e contratada;
- gatilhos climáticos objetivos vinculados a fórmula transparente de aplicação dos efeitos contratuais, inclusive eventual reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses objetivamente caracterizadas e não alocadas ordinariamente à contratada, nos termos do art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Não pontuarão planos genéricos, padronizados ou desacompanhados de medidas específicas por evento. A declaração de aderência à ABNT NBR 14276:2020 deverá estar acompanhada do dimensionamento da brigada, da distribuição dos postos, da cadeia de comando e dos procedimentos de resposta. Matrizes meramente declaratórias ou gatilhos formulados de modo subjetivo, sem parâmetros mensuráveis e efeitos contratuais definidos, não pontuarão.

2.5. Capítulo 5 - Plano de Mobilidade e Acessibilidade (até 10 páginas)

Vinculação: subcritério B.3 da Matriz de Critérios de Avaliação — 4 pontos.

O Capítulo 5 deverá demonstrar a estratégia de organização dos fluxos de público e as condições de acessibilidade universal previstas para os quatro eventos. A proposta deverá evidenciar a compatibilidade entre o planejamento de mobilidade, os layouts operacionais e as exigências legais aplicáveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- plano de mobilidade por evento, com análise dos fluxos de chegada, circulação, permanência e saída, estratégias de controle de aglomeração, dimensionamento de entradas e saídas e articulação formal com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Itajaí;
- plano de acessibilidade universal em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 — Lei Brasileira de Inclusão —, contemplando rampas de acesso, pisos táteis, sanitários adaptados em percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total, tradução e interpretação em Libras, áreas reservadas dimensionadas para pessoas com deficiência e rotas acessíveis;
- identificação das soluções de acessibilidade nas plantas baixas de layout apresentadas no Capítulo 3, sendo que a ausência dessa identificação implicará na não pontuação do elemento de acessibilidade, ainda que o capítulo descritivo esteja presente, nos termos da Tabela 10 da Matriz de Critérios de Avaliação.

A mera menção ao cumprimento da Lei nº 13.146/2015, desacompanhada do detalhamento das soluções propostas e de sua correspondente representação gráfica, não será suficiente para atribuição de pontuação integral.

2.6. Capítulo 6 — Plano de Sustentabilidade e Resíduos (até 10 páginas)

Vinculação: subcritério B.4 da Matriz de Critérios de Avaliação — 5 pontos.

O Capítulo 6 deverá apresentar o Plano de Sustentabilidade e Gestão de Resíduos, a ser avaliado qualitativamente pela Comissão de Contratação quanto à maturidade, completude, exequibilidade e verificabilidade das soluções propostas. A análise deverá considerar a compatibilidade do plano com o porte dos eventos, com as metas ambientais indicadas e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- estimativa de geração de resíduos por evento, segregada por tipo;
- metas mensuráveis de desvio de aterro, expressas em percentual de reciclagem, observando-se que o enquadramento no nível “Bom” pressupõe meta mínima de 30% e o enquadramento no nível “Excelente” pressupõe meta mínima de 50%;
- dimensionamento dos pontos de coleta seletiva, na proporção mínima de 1 (um) ponto a cada 300 (trezentas) pessoas de público de referência;
- cronograma de turnos de limpeza e coleta por fase do evento, com indicação da equipe responsável, logística de retirada e destinação final ambientalmente adequada;
- cartas de parceria com cooperativas de catadores ou entidades de reciclagem, protocolo de logística reversa para materiais de cenografia e comunicação visual e metodologia do Relatório Socioambiental Pós-Evento, com registro fotográfico e auditoria de destinação.

Planos meramente declaratórios, sem metas expressas em percentuais verificáveis, sem dimensionamento mínimo da coleta seletiva ou sem cronograma compatível com o porte dos eventos, não receberão pontuação elevada. As cartas de parceria com cooperativas ou entidades de reciclagem serão exigidas para enquadramento no nível “Excelente”, conforme a Tabela 11 da Matriz de Critérios de Avaliação.

2.7. Capítulo 7 — Plano de Comunicação e Promoção Turística — até 15 páginas

Vinculação: subcritérios C.1 e C.2 da Matriz de Critérios de Avaliação — 15 pontos.

O Capítulo 7 deverá apresentar a estratégia de comunicação e promoção turística do ciclo de eventos, considerando a integração entre canais de divulgação, identidade visual, produção de conteúdo e mensuração de resultados. A proposta deverá demonstrar que a comunicação será tratada como instrumento de posicionamento turístico de Itajaí, fortalecimento da marca institucional “Maix Quirida” e ampliação do alcance dos eventos junto aos públicos locais, regionais e visitantes.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- plano de mídia segmentado por evento, contemplando, no mínimo, 4 (quatro) canais, incluindo mídia tradicional, digital, mídia exterior — OOH — e ativações, com indicação de público-alvo, período de veiculação, formatos de entrega e justificativa da estratégia;
- identidade visual desenvolvida especificamente para o ciclo, aderente à marca-mãe “Maix Quirida” e ao manual de marca da SETUR, apresentada com conceito visual, diretrizes de aplicação e exemplos de peças;
- plano de produção de conteúdo, contemplando fotografia oficial, filmagem, after movie, cobertura em tempo real e transmissão ao vivo, com indicação de volume mínimo de entregas e cronograma editorial;
- definição de KPIs quantitativos com metas, incluindo alcance, engajamento, taxa de conversão e sentimento, com indicação das ferramentas de aferição, a exemplo de Meta Business Suite, Google Analytics 4 — GA4, Sprout Social ou equivalentes;
- modelo de relatório de mídia pós-evento, com prazo definido e estrutura editorial mínima, entregável à SETUR, permitindo verificar os resultados obtidos e sua contribuição para a promoção turística de Itajaí.

Menções genéricas à divulgação em redes sociais, sem detalhamento de canais, formatos, cronograma, públicos e entregáveis, não serão suficientes para pontuação integral. Do mesmo modo, métricas sem metas, metodologia de apuração, ferramentas declaradas ou formato de relatório não permitirão pontuação máxima.

2.8. Capítulo 8 — Plano de Treinamento e Capacitação — até 10 páginas

Vinculação: subcritérios D.1 e D.2 da Matriz de Critérios de Avaliação — 15 pontos.

O Capítulo 8 deverá apresentar o plano de treinamento e capacitação das equipes envolvidas na execução dos eventos, demonstrando a carga horária prevista, a abrangência temática, a metodologia de ensino, os mecanismos de avaliação de aprendizagem e a forma de certificação dos trabalhadores. A proposta deverá evidenciar que a capacitação será tratada como componente estratégico da qualidade operacional, da segurança, da acessibilidade, da sustentabilidade e do atendimento ao público.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- programa de capacitação específico por evento, com módulos, carga horária por trabalhador, cronograma de execução e público-alvo de cada formação, observado o piso contratual de 20 (vinte) horas por trabalhador por evento. A pontuação progredirá conforme a carga horária e a abrangência dos eixos temáticos, atingindo o máximo quando a carga horária for igual ou superior a 20 (vinte) horas e a capacitação contemplar 6 (seis) ou mais eixos temáticos, nos termos da Tabela 17 da Matriz de Critérios de Avaliação;
- eixos temáticos obrigatórios: atendimento ao público; identidade de Itajaí; acessibilidade; segurança em eventos; sustentabilidade; e módulo específico sobre a narrativa “Maix Quirida”;
- metodologia formal de ensino, em formato presencial, EAD ou híbrido, material didático próprio e instrumento de avaliação de aprendizagem;
- instrumento formal de parceria, convênio ou contratação com instituição certificadora reconhecida, a exemplo de SENAC, ABRAPE, universidade ou equivalente, e modelo de certificado nominal por trabalhador;
- previsão de recertificação obrigatória entre eventos e definição de taxa mínima de aprovação documentada.

Somente serão consideradas, para fins de pontuação, cargas horárias acompanhadas da descrição dos conteúdos, da metodologia de execução e da previsão de registro de participação dos trabalhadores. O enquadramento no nível “Excelente” do subcritério D.2 pressupõe certificação por instituição reconhecida, emissão de certificado nominal, recertificação obrigatória e taxa mínima de aprovação, conforme as Tabelas 17 e 18 da Matriz de Critérios de Avaliação.

2.9. Capítulo 9 — Plano Econômico-Financeiro — até 10 páginas

Vinculação: capítulo exigido pelo Termo de Referência, sem pontuação técnica autônoma na Matriz de Critérios de Avaliação.

O Capítulo 9 deverá demonstrar a governança da exploração econômica acessória vinculada aos eventos e a preservação do interesse público na utilização dos espaços, ativos e oportunidades comerciais associados ao ciclo. Embora não receba pontuação técnica autônoma na Matriz de Critérios de Avaliação, trata-se de peça obrigatória da Proposta Técnica, destinada a evidenciar a modelagem da exploração econômica acessória, seus limites, sua prestação de contas e sua compatibilidade com as diretrizes do Termo de Referência.

Este capítulo não poderá conter o valor per capita ofertado nem qualquer elemento de preço próprio da Proposta Comercial. Seu objeto limita-se à demonstração das premissas, mecanismos de controle e governança da exploração econômica acessória.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- projeção de receitas acessórias por evento, abrangendo patrocínios, praça de alimentação e bebidas, camarotes, ativações comerciais e publicidade;
- premissas e projeções da exploração econômica acessória regulada, com critérios de precificação dos espaços, premissas de viabilidade e delimitação das áreas exploráveis;
- modelo de prestação de contas integral à SETUR, com registros individualizados e auditáveis das receitas, despesas associadas e relatórios periódicos;
- demonstração de preservação do caráter gratuito, público e inclusivo de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das áreas destinadas ao público em geral, em cada evento do ciclo;
- regime de destinação das receitas acessórias, com demonstração objetiva de que:
 - todas as receitas acessórias exploradas pela contratada, inclusive patrocínios, praça de alimentação, camarotes, ativações comerciais e publicidade, serão registradas de forma individualizada, rastreável e auditável, nos termos dos §§ 2.5 e 4.3 do Termo de Referência;
 - os critérios de precificação dos espaços exploráveis observam parâmetros

compatíveis com os valores praticados no mercado e com os limites e diretrizes definidos no instrumento contratual;

- a licitante reconhece que a exploração econômica acessória permanecerá sujeita à supervisão, fiscalização e controle contínuos da SETUR, inclusive mediante prestação periódica de contas e apresentação de relatórios financeiros auditáveis, podendo a Administração suspender, restringir ou revogar autorizações de exploração em caso de descumprimento contratual ou risco ao interesse público; e
- a modelagem de exploração econômica acessória observará, quando pertinentes, os princípios aplicáveis à exploração de bens públicos por particulares, recomendada a manifestação específica da Procuradoria-Geral do Município sobre o assunto.

2.10. Capítulo 10 — Experiência e Capacidade Técnica — até 10 páginas

Vinculação: subcritérios E.1 e E.2 da Matriz de Critérios de Avaliação — 20 pontos.

O Capítulo 10 deverá demonstrar a experiência adicional da licitante e a qualificação da equipe-chave nominalmente designada para a execução do objeto. A pontuação buscará aferir a compatibilidade entre a trajetória da licitante, a complexidade dos eventos executados anteriormente e a capacidade técnica dos profissionais indicados para as principais frentes de gestão, operação, curadoria, segurança e sustentabilidade.

O conteúdo mínimo deverá compreender:

- atestados de capacidade técnica, para fins do subcritério E.1, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo identificação do evento, datas de realização, local, escopo dos serviços executados, público registrado ou estimado e contato do emitente para eventual diligência. Atestados que não informem o público do evento não pontuarão neste subcritério;
- currículos da equipe-chave nominalmente designada, para fins do subcritério E.2, abrangendo, no mínimo, os profissionais relacionados na Seção 9 do Termo de Referência: (i) Coordenador Geral do Contrato; (ii) Coordenador Operacional de Eventos; (iii) Responsável Técnico pelas Estruturas Temporárias (com registro ativo no CREA ou CAU); (iv) Responsável Técnico pela Segurança Operacional; (v)

Coordenador de Comunicação e Promoção; e (vi) Coordenador de Aferição de Público e Indicadores. Os currículos deverão ser acompanhados dos documentos comprobatórios da experiência mínima exigida no TR para cada função, de carta de aceite de cada profissional e de declaração de disponibilidade para a execução contratual. Frentes específicas adicionais (curadoria artística, sustentabilidade, entre outras) poderão ser objeto de profissionais complementares, valorizadas no nível 'Excelente' do subcritério E.2 quando demonstrarem cobertura ampliada;

- ART/RRT dos responsáveis técnicos em projetos similares, quando exigível conforme a natureza da atuação profissional.

Os documentos e atestados utilizados para comprovação da habilitação técnica mínima, nos termos do TR §10, não poderão ser utilizados para pontuação no Critério E. Serão computados, para fins de pontuação técnica, apenas documentos e experiências adicionais. A Comissão de Contratação utilizará a Tabela de Vinculação Documental, prevista na Tabela de Vinculação Documental, anexa à Matriz de Critérios de Avaliação (MCA), como instrumento de controle, rastreabilidade e prevenção ao duplo cômputo.

3. LIMITES, REGRAS GERAIS E VINCULAÇÃO À EXECUÇÃO

As regras estabelecidas neste item disciplinam a forma de apresentação da Proposta Técnica, a vinculação dos documentos aos critérios de avaliação e os efeitos dos compromissos assumidos pela licitante na futura execução contratual. Sua finalidade é assegurar padronização formal, comparabilidade objetiva entre as propostas, rastreabilidade dos elementos pontuáveis e coerência entre o julgamento técnico e a fiscalização do contrato, evitando que a proposta vencedora produza efeitos apenas na fase competitiva, sem repercussão prática na execução do objeto.

3.1. Formatação e limite de páginas

- Cada capítulo da Proposta Técnica deverá observar o limite máximo de páginas indicado no Quadro 01, em formato A4, com fonte em corpo 11 (onze) pontos, espaçamento entrelinhas de 1,15 e margens de 2,5 cm. O conteúdo que exceder o limite de páginas estabelecido para cada capítulo será desconsiderado para fins de pontuação técnica, sem prejuízo da análise dos elementos regularmente apresentados dentro do limite aplicável;
- será obrigatória a apresentação de sumário no início da Proposta Técnica, com

numeração sequencial de páginas, identificação dos capítulos e, sempre que possível, indicação dos anexos correspondentes;

- os anexos apresentados pela licitante, incluindo cartas de articulação, declarações, atestados, currículos, ART/RRT, plantas, peças visuais, documentos de parceria e demais elementos comprobatórios equivalentes, não serão computados no limite de páginas dos capítulos, desde que estejam expressamente referenciados no capítulo correspondente e vinculados ao respectivo critério ou subcritério da Matriz de Critérios de Avaliação;
- a linguagem da proposta deverá ser objetiva, técnica e verificável, com referências cruzadas aos itens do Termo de Referência, da Matriz de Critérios de Avaliação e deste Anexo, de modo a facilitar a localização dos elementos pontuáveis, a conferência documental e a motivação das notas atribuídas pela Comissão de Contratação;
- a ausência de organização mínima, de numeração de páginas ou de referência expressa aos documentos comprobatórios poderá ser considerada pela Comissão de Contratação na análise da suficiência documental, especialmente quando comprometer a identificação do elemento indicado para fins de pontuação.

3.2. Vinculação documental e vedação ao duplo cômputo

Cada documento apresentado na Proposta Técnica deverá ser expressamente vinculado pela licitante a um único critério ou subcritério principal, mediante indicação no índice, no corpo da proposta ou em quadro próprio de vinculação documental, com referência ao documento apresentado e ao item correspondente da Matriz de Critérios de Avaliação.

É vedada a atribuição de pontuação múltipla fundada no mesmo aspecto material de experiência, capacidade técnica, metodologia, qualificação profissional, certificação, entrega ou documento comprobatório, ainda que o mesmo documento contenha elementos que, em tese, possam se relacionar a mais de um subcritério.

A utilização de um mesmo documento em mais de um subcritério somente será admitida quando os aspectos invocados forem materialmente distintos, possuírem autonomia comprobatória própria e não resultarem em sobreposição de pontuação sobre o mesmo fato, experiência ou entrega. Nessa hipótese, caberá à licitante indicar, de forma expressa, para cada subcritério, o trecho, elemento, informação ou dimensão específica do documento que

fundamenta a pontuação pretendida.

Na ausência de demonstração suficiente da autonomia material entre os aspectos avaliados, prevalecerá a vedação ao duplo cômputo, com aproveitamento da pontuação apenas no subcritério de maior pertinência e especificidade temática, nos termos do item 2 da Matriz de Critérios de Avaliação, sem prejuízo da análise dos demais documentos ou elementos autônomos regularmente apresentados.

A Comissão de Contratação poderá promover diligência para esclarecimento da vinculação documental pretendida, nos limites do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada a juntada posterior de documentos ou informações destinados a alterar materialmente o conteúdo da Proposta Técnica ou suprir omissões relevantes.

3.3. Vinculação da proposta técnica à execução contratual

Os compromissos, metodologias, planos, estruturas, equipes, indicadores, cronogramas, protocolos e demais elementos assumidos na Proposta Técnica vencedora integrarão as obrigações fiscalizáveis do contrato, especialmente quanto à metodologia de gestão, equipe-chave, plano operacional, matriz de riscos, protocolos de segurança e contingência, plano de comunicação, aferição de público, sustentabilidade, capacitação, acessibilidade, mobilidade e relatórios pós-evento.

Assim, os elementos apresentados para obtenção de pontuação técnica não terão efeito restrito à fase de julgamento, mas servirão também como parâmetros de acompanhamento, fiscalização, medição de desempenho, aplicação de glosas, exigência de correções, avaliação do cumprimento contratual e, quando cabível, fundamentação de sanções e responsabilização durante a execução.

Essa vinculação busca preservar a coerência entre a fase competitiva, a proposta vencedora e a execução efetiva do objeto contratado, impedindo que compromissos utilizados para majorar a Nota Técnica sejam posteriormente tratados como meramente facultativos, acessórios ou desvinculados das obrigações contratuais assumidas.

4. FORMATO DE APRESENTAÇÃO

A Proposta Técnica deverá ser apresentada em formato que permita adequada leitura,

conferência, rastreabilidade documental e preservação da integridade das informações encaminhadas pela licitante, observadas as seguintes exigências:

- arquivo único em formato PDF, com índice navegável, bookmarks, numeração sequencial de páginas e organização compatível com a estrutura obrigatória definida neste Anexo;
- cópia editável em formato aberto, preferencialmente DOCX ou ODT, de apresentação facultativa, para fins de auditoria, conferência, extração de informações e apoio aos trabalhos da Comissão de Contratação, sem substituição do arquivo PDF oficialmente apresentado;
- assinatura eletrônica do representante legal no arquivo PDF, preferencialmente assinatura eletrônica qualificada baseada em certificado digital no padrão ICP-Brasil, nos termos do art. 4º, inciso III, e do art. 5º da Lei nº 14.063/2020, observado o nível de assinatura definido no Edital;
- organização dos anexos de forma identificável e compatível com os capítulos correspondentes, de modo a permitir que a Comissão localize, com segurança, os documentos utilizados para comprovação dos critérios e subcritérios da Matriz de Critérios de Avaliação.

A não apresentação da cópia editável em formato aberto não implicará, por si só, desclassificação da Proposta Técnica, desde que o arquivo PDF oficialmente apresentado atenda integralmente às exigências de organização, legibilidade, assinatura, integridade e rastreabilidade previstas neste Anexo e no Edital. Nessa hipótese, a licitante deverá justificar formalmente, no Capítulo 1 da proposta, a impossibilidade de encaminhamento do arquivo editável, cabendo à Comissão de Contratação registrar em ata a ausência do referido arquivo e, quando aplicável, eventuais limitações operacionais verificadas na conferência, extração de informações ou rastreamento documental durante o julgamento.

5. VEDAÇÕES

É vedado à licitante:

- utilizar a expressão “artistas a definir” ou equivalente em qualquer subcritério, especialmente no A.1, hipótese em que o item correspondente não será pontuado;
- utilizar, para fins de avaliação técnica, elementos não constantes da Proposta Técnica

escrita, incluindo informações obtidas por outros meios, reputação não documentada, conhecimento prévio da Administração sobre a licitante ou documentos não apresentados no momento próprio;

- indicar, em qualquer capítulo da Proposta Técnica, o valor per capita ofertado, valores globais, descontos, composição de preço, estimativas de remuneração contratual ou qualquer outro elemento próprio da Proposta Comercial, sob pena de desclassificação, preservada a separação entre julgamento técnico e julgamento econômico;
- apresentar mais de uma Proposta Técnica pela mesma licitante, bem como participar simultaneamente de mais de uma proposta, seja isoladamente, seja por meio de empresa integrante de mais de um consórcio;
- juntar documentos novos após a abertura das propostas, destinados a alterar materialmente o conteúdo da Proposta Técnica, suprir omissões relevantes ou complementar elementos essenciais de pontuação, admitida apenas a realização de diligência para esclarecimento de documentos já apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;
- reutilizar o mesmo documento, experiência, certificação, metodologia, qualificação ou entrega para obtenção de pontuação cumulativa em múltiplos subcritérios, salvo nas hipóteses expressamente admitidas na Matriz de Critérios de Avaliação e desde que demonstrada a autonomia material dos aspectos avaliados.

Itajaí/SC, 09 de junho de 2026

Assinaturas:

Diego Henrique de Jesus Oliveira
Diretor Executivo

Aprovação/Autorização da Autoridade Competente:

Aprovo o presente documento, na qualidade de autoridade competente da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR, para fins de continuidade da fase preparatória e adoção das providências subsequentes necessárias à instrução do processo licitatório. A presente aprovação não se confunde com a elaboração técnica do documento, a qual compete à equipe formalmente designada, nos termos da Portaria nº [inserir número].

Gabriela Kelm
Secretária de Turismo e Eventos